



Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

COMUNICO A MATÉRIA EM PAUTA NA ORDEM DO DIA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE NO DIA 26 DE MARÇO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 19 HORAS.

EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS:

01 – PROJETO DE LEI Nº 012/2018, de autoria do Vereador RODRIGO FALSETTI, que Dispõe sobre denominação de “Natal Sbeghen”, a Rua 09, localizada no Loteamento Vale Verde.

02 – PROJETO DE LEI Nº 019/2018, de autoria do Vereador THOMAZ DE OLIVEIRA CAVEANHA, que institui o Dia Municipal do Voluntário.

03 – PROJETO DE LEI Nº 021/2018, de autoria do Vereador RODRIGO FALSETTI, que institui a obrigatoriedade de cursos de primeiros socorros aos funcionários dos estabelecimentos particulares de ensino infantil (creches) e ensino fundamental no município de Mogi Guaçu e dá outras providências, **com Emenda nº 01.**

04 – PROJETO DE LEI Nº 30/2018, de autoria do CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, que dispõe sobre o controle da população animal, proteção animal, prevenção e controle de zoonoses no município de Mogi Guaçu e dá outras providências, com Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05.

05 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2018, de autoria do Vereador FÁBIO APARECIDO LUDUVIRGE FILETI, que institui o Diploma “Empresário do Ano” e dá outras providências.

Presidência da Câmara Municipal de Mogi Guaçu, 23 de março de 2018.


Vereador LUÍS ZANCO NETO
Presidente



Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

C2
21/2018

PROJETO DE LEI Nº 12 , DE 2018

Dispõe sobre denominação de "Natal Sbeghen", a Rua 09, localizada no Loteamento Vale Verde.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU APROVA:

Art. 1º Passa a denominar-se "**NATAL SBEGHEN**", a Rua 09, localizada no Loteamento Vale Verde neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala "Ulysses Guimarães", 06 de fevereiro de 2018.

Vereador Rodrigo Falsetti
(Vice-líder da bancada do PTB)

Protocolo nº 307/2018



Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

FOLHA N°	02
Proc. CM N°	28/2018

PROJETO DE LEI N°. 19 **, DE 2018**

Institui o Dia Municipal do Voluntário.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU APROVA:

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Mogi Guaçu, o Dia Municipal do Voluntário, e se efetivará anualmente no dia 05 de dezembro.

Art. 2º No dia Municipal do Voluntário, as ações alusivas à este dia, compreendem a realização de campanhas e outras atividades que visem estimular a participação da sociedade em trabalhos voluntários.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala "Ulysses Guimarães", 20 de fevereiro de 2018.

Vereador THOMAZ DE OLIVEIRA CAVEANHA
(Líder da Bancada do PTB)

Protocolo nº 387/2018



Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 21, DE 2018

“Institui a obrigatoriedade de cursos de primeiros socorros aos funcionários dos estabelecimentos particulares de ensino infantil (creches) e ensino fundamental no município de Mogi Guaçu e dá outras providências”.

FOLHA Nº	02
Proc. CM Nº	51/2018

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU APROVA:

Art. 1º - Ficam obrigados, os funcionários dos estabelecimentos particulares de ensino infantil (creches) e ensino fundamental do município de Mogi Guaçu, a participarem de cursos de primeiros socorros.

Parágrafo Único – Ficam os estabelecimentos de ensino a que se refere esta Lei, obrigados a capacitarem todos os seus funcionários ao curso de primeiros socorros.

Art. 2º - O curso deverá ser de periodicidade anual e deverá ser feito por todos os funcionários dos estabelecimentos mencionados nesta Lei.

Parágrafo Único – O certificado de conclusão do curso de Primeiro Socorros de que trata esta Lei, deverá ser expedido em nome do estabelecimento e apresentado junto ao órgão competente, notadamente Secretaria Municipal de Educação, anexado aos demais documentos de regularização eventualmente exigíveis para o devido funcionamento do estabelecimento de ensino.

Art. 3º - Os cursos deverão ser ministrados por entidades ou empresas reconhecidamente especializadas e aptas.



Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

FOLHA N°	03
Proc. CM N°	51/2018

Art. 4° - O não cumprimento dos dispositivos da presente Lei implicará ao estabelecimento de ensino infrator, sem prejuízo de outras sanções:

I - Advertência;

II - Multa no valor de 500 UFIM's, podendo ser dobrada em caso de resistência e reincidência;

Art. 5° - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 180 dias.

Art. 6° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala "Ulysses Guimarães", 08 de Fevereiro de 2018.

Vereador RODRIGO FALSETTI
(Vice-Líder da Bancada do PTB)

Protocolo Nº 422/2018



Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 21/2018.

Ao Projeto de Lei nº 21/2018, de minha autoria, que institui a obrigatoriedade de cursos de primeiros socorros aos funcionários dos estabelecimentos particulares de ensino infantil (creches) e ensino fundamental no município de Mogi Guaçu e dá outras providências, proponho a seguinte

E M E N D A:

Art. 1º Renumerando o artigo subsequente, fica suprimido o artigo 5º do Projeto de Lei nº 21/2018.

Art. 2º O artigo 6º, que advirá a artigo 5º, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.”

Sala “Ulysses Guimarães”, 07 de março de 2018.


Vereador RODRIGO FALSETTI
(Vice-Líder da Bancada do PTB)



PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP
GABINETE DO PREFEITO

FOLHA Nº 02
PROC. CM Nº 44/2018

MENSAGEM Nº 002 .03.2018.

Mogi Guaçu, 09 de Março de 2018.

Do Prefeito
Ao Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente:

Tenho a elevada satisfação de encaminhar à alta deliberação dessa Nobre Edilidade, por intermédio de Vossa Excelência, o projeto de lei em anexo, que dispõe sobre o controle da população animal, proteção animal, prevenção e controle de zoonoses no município de Mogi Guaçu e dá outras providências.

A presente proposição, Senhor Presidente, tem por finalidade atualizar a legislação municipal que trata do controle da população animal, tendo em vista a mesma estar desatualizada. A Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente – SAAMA, diante da necessidade de estabelecer novas diretrizes para o cuidado e proteção dos animais no município de Mogi Guaçu, realizou estudos, em parceria com o Centro de Controle de Zoonoses, KAPA – Kamael Associação Protetora dos Animais, Faculdade Maria Imaculada e Faculdade Municipal “Professor Franco Montoro”, culminando com a proposta ora sendo encaminhada ao crivo dos Nobres Vereadores.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.


ENGº WALTER CAVEANHA
PREFEITO

À
Sua Excelência o Senhor
Vereador LUÍS ZANCO NETO
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal
MOGI GUAÇU – SP



PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP

GABINETE DO PREFEITO

FOLHA Nº	03
Proc. CM Nº	441.3017

PROJETO DE LEI Nº **30**, DE 2018.

Dispõe sobre o controle da população animal, proteção animal, prevenção e controle de zoonoses no município de Mogi Guaçu e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS CARACTERÍSTICAS DA LEI

Art. 1º O desenvolvimento de ações objetivando o controle da população animal, a proteção animal, bem como, a prevenção e o controle das Zoonoses no Município de Mogi Guaçu, passam a ser disciplinadas pela presente Lei.

Seção I – Das descrições técnicas

Art. 2º Para efeito desta Lei entende-se por:

- I - ZOOSE: Doenças infecciosas, transmissíveis naturalmente, entre animais e o homem, por contágio direto, vetores biológicos ou outra via de transmissão;
- II - AGENTE SANITÁRIO: Médico Veterinário do Centro de Controle de Zoonoses e ou biólogo da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal;
- III - ÓRGÃO SANITÁRIO RESPONSÁVEL: Centro de Controle de Zoonoses, da Prefeitura Municipal;
- IV - ANIMAIS DE ENTIMAÇÃO: As espécies de valor afetivo passíveis de coabitar com o homem;
- V - ANIMAIS DE USO ECONÔMICO: As espécies domésticas, criadas, utilizadas ou destinadas a produção econômica;
- VI - ANIMAIS SINANTRÓPICOS: As espécies que, por desequilíbrio ambiental, ou inadequação estrutural, indesejavelmente coabitam com o homem, tais como roedores, pombos, morcegos escorpiões, etc.;
- VII - ANIMAIS SOLTOS: Todo e qualquer animal encontrado sem qualquer processo de contenção, ou contido inadequadamente, oferecendo riscos à saúde pública ou risco de agressão e acidentes;
- VIII- ANIMAIS APREENDIDOS: Todo e qualquer animal capturado, compreendendo desde o instante de captura, seu transporte, alojamento nas dependências dos abrigos municipais e destinação final;
- IX – ANIMAIS UNGULADOS. São animais cujos dedos são revestidos de casco.
- X - ANIMAIS SINANTRÓPICOS: São animais silvestres que se adaptaram a conviver em proximidade com a população humana.
- XI - ABRIGOS MUNICIPAIS DE ANIMAIS: As dependências apropriadas do município, para alojamento e manutenção dos animais apreendidos e cuidado de proteção;
- XII - CÃES MORDEMORES VICIOSOS: Os causadores de mordeduras a pessoas ou outros animais, em logradouros públicos, de forma repetida;
- XIII - MAUS TRATOS: Toda e qualquer ação dirigida contra os animais, quer implique em crueldade, especialmente em ausência de alimentação mínima necessária, excesso de peso de carga, tortura, uso de animais feridos, submissão e experiências pseudocientíficas.

Seção II – Dos Objetivos da lei

Art. 3º Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de zoonoses:





PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP
GABINETE DO PREFEITO

FOLHA Nº 34
PROC. CM Nº 44/2018

- I - Prevenir, reduzir e eliminar a morbidade e a mortalidade, da população animal, bem como os sofrimentos humanos causados pelas zoonoses urbanas;
- II - Implantar metodologia de controle de população animal quer seja por método cirúrgico, quer por emprego de medicamentos específicos;
- III - Preservar a saúde da população, mediante emprego dos conhecimentos especializados e experiências da Saúde Pública.
- IV - Desenvolver ações ambientais, que minimizem o risco de transmissão das zoonoses;
- V - Criar e manter atualizado o registro de identificação das populações animais;

Art. 4º Constituem objetivos básicos das ações de controle da população animal;

- I - Prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento aos animais;
- II - Implantar Metodologia de controle de população animal quer seja por método cirúrgico, quer por emprego de medicamentos específicos;
- III - Preservar a saúde e o bem estar da população humana, evitando-lhe danos ou incômodos por animais;

Art. 5º O proprietário fica obrigado a permitir o acesso do Agente Sanitário quando no exercício de suas funções, às dependências de alojamento do animal, sempre que necessário, bem como, acatar as determinações dele emanadas, sob pena de responder por crimes de desobediência ou desacato.

CAPÍTULO II

DOS ANIMAIS

Seção I – Do uso de equipamentos de segurança animal

Art. 6º É recomendado o passeio de cães nas vias e logradouros públicos, com o uso adequado de coleira ou focinheira e guia e conduzidos por pessoas com idade e força suficiente para controlar os movimentos do animal, exceto no caso de animais de grande porte quando o equipamento se torna obrigatório.

Parágrafo Único: É recomendado equipamento de proteção tipo focinheira.

Art. 7º Cães mordedores poderão ser apreendidos por Agente Sanitários, quando representarem risco à população ou estiverem envolvidos em acidentes.

Seção II – Da criação de animais

Art. 8º É expressamente vedada a criação ou engorda, no perímetro urbano do Município, de animais ungulados, inclusive ou destinados ao abate, constituindo infração de natureza grave.

Art. 9º É expressamente vedado:

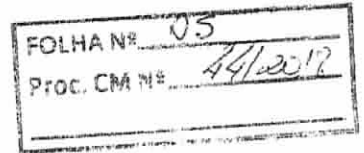
- I - Criar abelhas em locais de próximos à concentração urbana;
- II - Criar galinhas em interior das habitações;
- III - Criar pombos em imóveis residenciais.
- IV - Criar Equinos, Bovinos, Ovinos e Caprinos em quintais nos imóveis residenciais.

Parágrafo Único: A criação de animais de qualquer tipo e que configurem um plantel para comercialização de animais e subprodutos não será permitida nas proximidades com aglomerados urbanos.



PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP

GABINETE DO PREFEITO



Seção III - Da Apreensão dos animais

Art. 10 Será apreendido todo e qualquer animal:

- I - Que for encontrado solto nas vias e logradouros públicos ou em locais de livre acesso ao público, em condições de risco ou saúde precária.
- II - Que for suspeito de raiva ou outras zoonoses;
- III - Que for submetido a maus tratos, por seu proprietário ou preposto deste;
- IV - Que for mantido em condições inadequadas de vida ou alojamento;
- V - Cujas criação ou uso sejam vedados por Lei.

Parágrafo único - Os animais apreendidos por força do disposto neste artigo, somente poderão ser resgatados se constatado, por Agente Sanitário, não mais existirem as causas ensejadoras da apreensão, e prova de haver cumprido o determinado nesta Lei.

Artigo 11 Por animal apreendido serão cobradas as seguintes taxas de apreensão e diárias.

- I - Caninos e felinos: 6,60 UFIM's;
- II - Animais ungulados: 26,35 UFIM's;
- III - Animais silvestres: 263,50 UFIM's;
- IV - Animais exóticos: 263,50 UFIM's;
- V - Animais ungulados: 7,91 UFIM's, A partir da data de apreensão.

§ 1º. Entende-se por apreensão a ação de captura e recolhimento do animal para locais com condições adequadas de sobrevivência, e entende-se por diária, o período em dias, de permanência desse animal na local citado.

§ 2º - O animal cuja apreensão for impraticável, poderá ser sacrificado "in loco", atestada a necessidade por técnicos qualificados, empregando métodos e técnicas de menor sofrimento ao animal.

Art. 12 O Município não responderá por indenizações nos casos de:

- I - Danos ou óbito do animal apreendido, durante a apreensão ou guarda do mesmo, por quaisquer motivos;
- II - Eventuais danos materiais ou pessoais, causados pelo animal, durante o ato da apreensão.
- III - Óbitos consequentes de práticas de cuidados e manejo inadequados.

Seção IV

Da Destinação dos Animais Apreendidos

Art. 13 Os animais apreendidos poderão sofrer as seguintes destinações, a critério do Órgão Responsável:

- I - Resgate pelo proprietário ou preposto deste;
- II - Adoção pela população (animais de estimação);
- III - Encaminhamento para Zoológicos, Unidades de Conservação, ou a reintrodução ao animal em seu bioma de origem, se forem animais silvestres.

Parágrafo único - As destinações previstas nos incisos I, II e III, poderão ser providenciadas pela Prefeitura de Mogi Guaçu ou Entidade Protetora dos Animais reconhecida.





PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP

GABINETE DO PREFEITO

FOLHA Nº	06
PROC. CMR Nº	44/2018

Art. 14 Os animais encontrados soltos nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos, urbanos ou rurais, serão recolhidos às dependências do órgão público responsável.

§ 1º - Cães e gatos recolhidos pelo órgão público responsável, deverão ser retirados dentro do prazo de 15 (quinze) dias, mediante pagamento da taxa de apreensão.

§ 2º - Os animais unglados recolhidos pelo órgão público responsável deverão ser retirados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, mediante pagamento da taxa de apreensão.

§ 3º - Após os períodos especificados nos parágrafos anteriores, os animais passarão a integrar o patrimônio público municipal e estarão liberados para as destinações descritas no artigo 13.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES DO PROPRIETÁRIO DE ANIMAIS

Art. 15 Os atos danosos cometidos pelos animais são inteira responsabilidade de seus proprietários, aplicando-se o disposto na legislação federal, civil e criminal.

§ 1º - Equiparam-se, para aplicação do disposto nesta Lei, a condição de proprietário a pessoa que detiver, por qualquer título e meio, a posse de animal, ou o tenha sob sua responsabilidade.

§ 2º - Quando o ato danoso for cometido sob a guarda de preposto, considerar-se á solidária a responsabilidade entre este e o proprietário do animal.

Art. 16 É de responsabilidade dos proprietários a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem-estar, bem como as providências pertinentes á remoção dos dejetos por eles deixados nas vias públicas.

Art. 17 É proibido abandonar animais em qualquer local público ou privado, constituindo infração de natureza grave.

Art. 18 É proibido aos proprietários de animais de estimação a sua condução ou soltura nas vias e logradouros públicos, para que os mesmos defequem, constituindo infração de natureza leve

Art. 19 A Manutenção de animais em edifícios condominiais será regulamentada pelas respectivas convenções.

Art. 20 Os animais da espécie canina, felina e os equídeos poderão ser registrados junto ao órgão ambiental ou outra instituição devidamente credenciada para o registro de animais.

§ 1º - Os animais de que trata o artigo, serão devidamente identificados por métodos que não provoquem dor, sofrimento ou angustia, tais como: placa na coleira, tatuagem ou microchip, e receberão identificação individual, a qual será cadastrada no órgão, juntamente com as informações do proprietário ou responsável.

§ 2º - A partir da população desta Lei, os animais equídeos ficam proibidos de circularem pelas vias públicas da cidade, nos termos do Código de Posturas do Município de Mogi Guaçu.



PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP

GABINETE DO PREFEITO

FOLHA Nº	02
PROC. CM Nº	44/2017

Art. 21 - Todo proprietário de animal é obrigado a manter seu cão ou gato permanentemente imunizado contra epidemias, sendo que o animal somente será registrado, após vacinação ou apresentação de comprovante emitido por Médico Veterinário.

§ 1º - A não vacinação, no mínimo anual, de caninos e de felinos contra epidemias implica em infração de natureza grave.

§ 2º - Incluem-se neste dispositivo, os animais domésticos trazidos por circos, teatros, parques e similares.

§ 3º - A isenção de registros não exime os proprietários de animais e seus prepostos, da responsabilidade pelos acidentes e danos causados por estes a bens e pessoas, assim como pela saúde e bem-estar dos referidos animais e principalmente, da condição de mantê-los imunizados contra as zoonoses.

Art. 22 É proibido a utilização de animais feridos, enfraquecidos, doentes, em veículos de tração animal, constituindo infração de natureza gravíssima, sendo obrigatório o uso de sistema de frenagem, acionado obrigatoriamente em logradouros com declive acentuado.

Parágrafo único: Em caso de falecimento do animal, cabe ao proprietário a disposição adequada do cadáver, o seu encaminhamento ao serviço municipal competente, constituindo-se infração de natureza grave deixar seus despojos em locais inadequados, onde causem riscos a saúde coletiva.

CAPÍTULO IV

DA RESTRIÇÃO AO USO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

Art. 23 Constitui-se crime ambiental, conforme também previsto pela Lei Federal nº 9605 de 12 de Fevereiro de 1998, organizar ou assistir lutas de animais de qualquer espécie.

Art. 24 Será proibida a utilização de animais para tração quando identificados nas vias públicas, áreas urbanas e rurais com excesso de carga, em prenhes, má alimentação, doentes ou feridos, constituindo infração de natureza gravíssima.

Art. 25 As competições, rodeios e outras atrações, somente poderão ser realizados após o laudo favorável, concedido pelo Agente Sanitário, mediante o cumprimento das regras específicas referentes:

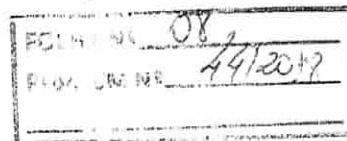
- I - Condições de saúde e idade dos animais participantes;
- II - Frequência de participação dos animais;
- III - Presença de Médico Veterinário, responsável em tais competições;
- IV - Apresentação de atestado de saúde animal, de acordo com as normas estaduais;
- V - Construção adequada de pistas, obstáculos ou o que for necessário;
- VI - Proibição de determinados animais, de acordo com a avaliação do Agente Sanitário.

§ 1º - O desrespeito ao presente dispositivo constituirá infração de natureza gravíssima, com suspensão imediata da atividade que envolve o(s) animal(is), até que sejam cumpridas as exigências estabelecidas pelos técnicos.



PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP

GABINETE DO PREFEITO



§ 2º Poderão ser acatadas manifestações de cidadãos que observarem o não cumprimento das regras, desde que formalizadas aos órgãos públicos que autorizam e gerenciam os respectivos eventos.

Art. 26 Nenhum animal de corrida ou competição será submetido a administração de quaisquer substâncias ou tratamentos que afetem seu desempenho ou temperamento ("doping").

Art. 27 A nenhum animal de estimação será aplicado qualquer tipo de treinamento de quaisquer substâncias ou treinamento que prejudique sua saúde e bem-estar, em especial, os que o forcem a exceder sua capacidade ou resistência natural, pelo uso de elementos artificiais causadores de sofrimento, dor ou angústia desnecessários.

CAPÍTULO V

DA CRIAÇÃO

Art. 28 Não são permitidos, em residência particular, constituindo infração de natureza leve, a criação, o alojamento e a manutenção de mais de 03 (três) animais, no total das espécies canina ou felina, com idade superior a 90 (noventa) dias, salvo quando previamente autorizados pelo Órgão Sanitário Responsável, que considerará:

I - Condições socioeconômicas do proprietário dos animais;

II - Condições físicas e sanitárias do local;

III - Eventual perturbação à segurança e ao sossego públicos, notadamente de vizinhos.

Parágrafo Único - Proprietários de imóveis com mais de 04 animais alojados poderão requerer junto aos órgãos municipais responsáveis, autorização de "cuidador", desde que apresentem condições adequadas para esse exercício.

Art. 29 A criação, o alojamento e a manutenção de animais, em quantidade superior ao estabelecido no artigo anterior, caracterizará canil ou gatil de criação de propriedade privada, e deverão ser observadas as orientações técnicas e exigências a serem emanadas do Órgão Responsável.

Parágrafo Único: O desrespeito a este disposto constitui infração de natureza grave.

Art. 30 Todo criador ou estabelecimento de criação com fins comerciais, terá licença do Órgão Sanitário Responsável e será fiscalizado pelo Agente Sanitário, cujo controle incluirá restrições quanto a idade mínima de fêmeas matrizes e a frequência de crias.

§ 1º - O alvará de funcionamento, renovável anualmente, para esse tipo de estabelecimento somente serão concedidas, quando as condições de alojamento e cuidados forem satisfatórias e renovadas anualmente.

§ 2º - O desrespeito a este dispositivo constitui infração de natureza grave.

Art. 31 Os criadores licenciados manterão em registro por livros, fichários ou informatizados, todas as informações referentes as crias, compra e venda de animais, que ficarão à disposição para exame minucioso e, se necessário serão entregues ao Órgão Sanitário Responsável.

Art. 32 Não será permitida a criação de animais visando a modificação de características externas que possam prejudicar a saúde e bem-estar dos mesmos, constituindo infração de natureza gravíssima.



PREFEITURA DE MOGI GUACU-SP

GABINETE DO PREFEITO

RECIBO Nº	09
PRO. L.M. Nº	44/2018

Art. 33 Todo criador ou estabelecimento que escolher um animal de estimação responsabiliza-se por garantir condições de proteção que respeitem as características anatômicas, fisiológicas e comportamentais do animal, a fim de que a saúde e o bem-estar do mesmo não sejam prejudicados.

CAPÍTULO VI

DA COMERCIALIZAÇÃO

Art. 34 - É proibida a utilização ou exposição de mamíferos, aves e répteis vivos em vitrines ou gaiolas, sem as condições de higiene e sobrevivência adequadas.

Parágrafo único - Os animais em exposição não poderão ser mantidos em vitrines e gaiolas por mais de 24 horas, devendo ser alojados posteriormente ao período, em habitações adequadas ao seu confinamento, sob orientação da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente.

Art. 35 Os estabelecimentos de comercialização de animais vivos, com fins não alimentícios ficam sujeitos, além das determinações da legislação específica para o caso, o alvará de funcionamento emitido pelo Órgão Sanitário Responsável, renovado anualmente.

Art. 36 O alvará mencionado no artigo anterior, apenas será concedido, após vistoria técnica efetuada pelo Agente Sanitário, em que serão examinadas as condições sanitárias de alojamento e manutenção dos animais.

Art. 37 Os comerciantes licenciados só poderão comprar animais de estimação de criadores licenciados, mantendo os comprovantes pertinentes.

Art. 38 Os comerciantes licenciados deverão manter registros de toda compra e venda efetuada, que estarão à disposição para exame minucioso e se necessário, poderão ser requisitados pelo Órgão Sanitário Responsável, a qualquer momento.

Art. 39 Na venda de animais de estimação, o histórico completo, com detalhes sobre os danos e criadores anteriores, estará à disposição, quando registrado, exceto para animais abandonados recolhidos no abrigo municipal, onde tais informações inexistem.

Art. 40 Não será permitida a venda de animais de estimação diretamente a menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 41 São consideradas de natureza leve, as infrações ao disposto nos artigos 34 a 40.

CAPÍTULO VII

DOS ALOJAMENTOS, REFÚGIOS/ABRIGOS, TRANSPORTE

Art. 42 Os refúgios, abrigos e alojamentos de qualquer espécie, destinadas a animais de estimação, serão licenciados e fiscalizados pelo Órgão Sanitário Responsável, devendo os alojamentos com instalações ou cuidados impróprios, serem notificados, a fim de que providenciem as adequações necessárias.

Parágrafo Único - Se as exigências não forem atendidas dentro do prazo estabelecido, tais locais serão impedidos de funcionar.

Art. 43 Sofrimentos, dor e angústia serão evitados nos transportes de animais, o qual obedecerá a legislação vigente, com respeito ao bem-estar durante o transporte de animais vivos.



PREFEITURA DE MOGI GUAÇU SP
GABINETE DO PREFEITO

Proc. Nº	10
Proc. Civ. Nº	44/2017

CAPÍTULO VIII

DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS-VETERINÁRIOS

Art. 44 Os estabelecimentos que comercializam produtos médicos-veterinários deverão ter licença do Órgão Sanitário responsável, devendo observar a Legislação, Estadual, Municipal e Federal e sujeitos a fiscalização do Vigilante Sanitário.

§ 1º - O alvará deverá ser renovado anualmente, constituindo infração de natureza grave a não renovação.

§ 2º - Os estabelecimentos citados terão prazo de 30 dias para adequação de seu estabelecimento à presente Lei, e à Legislação, Municipal, Estadual e Federal competente, sob pena de não concessão ou perda do alvará.

Art. 45 O estabelecimento deverá contar com instalações adequadas para o armazenamento de produtos, principalmente com respeito a imunobiológicos, que deverão ser estocados em temperatura adequada, conforme indicação do produto.

Art. 46 O estabelecimento deverá contar com um Médico Veterinário como responsável técnico pela venda e administração de qualquer medicamento a animais, de acordo com o que determina a legislação estadual, federal e do Conselho de Medicina Veterinária.

§ 1º Manter registro de medicamentos comercializados mensalmente em forma de relatórios assinado pelo profissional responsável.

Art. 47 - O estabelecimento deverá manter livros de controle de venda e administração de medicamentos veterinários, com identificação do animal destinatário e seu proprietário.

CAPÍTULO IX

DOS ANIMAIS SINANTRÓPICOS

Art. 48 Ao munícipe compete a adoção de medidas necessárias para a manutenção de suas propriedades limpas e isentas de animais da fauna sinantrópica.

Art. 49 É proibido a qualquer pessoa promover o acúmulo de lixo, materiais inservíveis ou outros materiais que propiciem a instalação e proliferação de animais sinantrópicos.

Art. 50 Os estabelecimentos que estoquem ou comercializem pneumáticos são obrigados a mantê-los permanentemente isentos de coleções líquidas, originárias ou não pelas chuvas, de forma a impedir a proliferação de mosquitos.

Art. 51 Nas obras de construção civil é obrigatória a drenagem permanente de coleções líquidas, originárias ou não pelas chuvas, de forma a impedir a proliferação de mosquitos.

Art. 52 Quando ao controle dos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, transmissores da dengue e febre amarela, ficam adotadas as disposições pertinentes contidas na legislação específica e da vigilância epidemiológica.

Art. 53 Constitui infração de natureza gravíssima propiciar a proliferação de animais sinantrópicos, transmissores ou vetores de doenças.



PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP

GABINETE DO PREFEITO

FOLHA Nº	11
Proc. Nº	44/2018

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54 São proibidas no Município, salvo as exceções estabelecidas nesta Lei e situações excepcionais, a juízo do Órgão Sanitário Responsável, a criação, a manutenção e o alojamento de animais selvagens de fauna exótica, constituindo infração de natureza gravíssima.

Parágrafo Único – Ficam adotadas as disposições pertinentes contidas na Lei Federal nº 5197, de 03 de Janeiro de 1967, no que tange à fauna brasileira.

Art. 55 A exposição de animais ou qualquer outro tipo de exibição artística com animais, somente poderão se instalar no Município, após a concessão de laudo específico emitido pelo Órgão Ambiental e Sanitário responsável.

§ 1º O laudo mencionado neste artigo apenas será concedido após vistoria técnica efetuada pelo técnico qualificado, em que serão examinadas as condições de alojamento, saúde e manutenção dos animais.

§ 2º O funcionamento só será permitido após atendidas as exigências das outras Secretarias Municipais, quanto à destinação de esgoto, instalação de água, segurança, etc.

§ 3º Qualquer acidente provocado por animais utilizados no evento, será de inteira responsabilidade de seu proprietário, devendo este atender às exigências de vacinação nas datas agendadas pelo Setor de Vigilância Epidemiológica do Município em que estiver instalado.

§ 4º Os animais passíveis de observação para controle da raiva deverão permanecer sob vigilância e responsabilidade do proprietário no prazo estabelecido.

Art. 56 Todos os animais trazidos para eventos, mesmo que para permanência temporária no Município, deverão ser apresentados ao Órgão Ambiental e Sanitário Responsável para avaliação.

Art. 57 Qualquer animal que esteja evidenciando sintomatologia clínica de raiva, constatada por Médico Veterinário, deverá ser prontamente isolado e/ou sacrificado e o material biológico coletado encaminhado a laboratórios oficiais pelo Centro de Controle Zoonoses.

Art. 58 É proibida a permanência de animais nos recintos e locais públicos ou privados de uso coletivo e de forma livre e desde que não incomode ou cause danos a terceiros.

Parágrafo Único – Excetuam-se da proibição deste artigo, os locais recintos e estabelecimentos destinados à criação, venda, treinamento, competições, exposições, alojamento, tratamento e abate de animais, após laudo de vistoria emitido por um técnico qualificado.

Art. 59 É proibida a exibição ao público de toda e qualquer espécie de animal bravo ou selvagem, ainda que domesticado, em vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso público, constituindo infração de natureza gravíssima.

Parágrafo Único – É obrigatório o uso de sistema de fretamento, acionando obrigatoriamente quando de descida de ladeiras, nos veículos de que trata este artigo.



PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP

GABINETE DO PREFEITO

FOLHA Nº	12
Proc. Nº	4412019

CAPÍTULO XI

DAS SANÇÕES

Art. 60 Verificada a infração a qualquer dispositivo desta Lei, os técnicos qualificados, independentemente de outras sanções cabíveis decorrentes da legislação federal e estadual, poderão aplicar as seguintes penalidades, cumulativas ou não:

- I - Advertência/ notificação;
- II - Multa;
- III - Apreensão de animais ou produtos;
- IV - Interdição total ou parcial, temporária ou permanente, de locais ou estabelecimentos;
- V - Inutilização de produtos;
- VI - Cassação de alvará;

Art. 61 A pena de multa será variável de acordo com a gravidade de infração, como segue:

	MÍNIMO	MÁXIMO
I - Para infrações de natureza leve	200 UFIM's	700 UFIM's
II - Para infrações de natureza grave	701 UFIM's	1.500 UFIM's
III - Para infrações de natureza gravíssima	1.501 UFIM's	3.000 UFIM's

§ 1º - Na reincidência, a infração será considerada como de maior gravidade e a multa correspondente será aplicada em dobro.

§ 2º - O não recolhimento espontâneo da multa, junto à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, nos prazos legais e por guia própria, sujeitará à inscrição em Dívida Ativa com procedimentos administrativos e judiciais de cobrança.

Art. 62 Quando a penalidade imposta for apreensão, interdição ou inutilização, deverá ser lavrado auto que especificará a sua espécie, natureza, quantidade, bem como outras informações que individualize o local, o animal ou o produto.

§ 1º - Os custos com remoção de animais ou produtos serão cobrados dos infratores, que ficam obrigados a sua quitação, na forma do § 2º do art. 61.

§ 2º - Não sendo possível a remoção de animais ou produtos interditados ou apreendidos, o infrator, o proprietário ou a pessoa eu se encontrar no local, assinará o termo de guarda e depósito.

Art. 63 Consideram-se, entre outras, a critério do Órgão Sanitário Responsável, infrações de natureza gravíssima, toda ocorrência tipificada como crime ou contravenção pela legislação federal.

Art. 64 Deixar de notificar o Órgão Sanitário Responsável sobre animal que apresente sinais evidentes de sintomas de zoonoses, constitui infração de natureza grave.

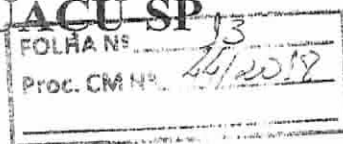
Art. 65 Sem prejuízo das penalidades previstas nesta Lei, o proprietário, possuidor ou responsável pelo animal, poderá ser compelido ao pagamento das despesas com transporte, alimentação, estadia, assistência veterinária e outras.

Art. 66 A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Lei, não exime o infrator de responder, segundo seu ato, omissão dolo ou culpa, perante o órgão competente do Poder Executivo Estadual ou Federal e do Poder Judiciário.





PREFEITURA DE MOGI GUACU-SP
GABINETE DO PREFEITO



Art. 67 O técnico qualificado será competente para aplicação das sanções disposta nesta Lei.

Art. 68 Terá fé pública a certidão do servidor do Município que lavrar o auto de infração, de apreensão, interdição ou inutilização ou de imposição de penalidade, de que o atuado recusou-se a assiná-lo, o que constituirá agravante para efeito de aplicação de penalidade.

§ 1º - O agravamento será correspondente à majoração de 1/3 à pena imposta

§ 2º - Quando o atuado ou a pessoa que se encontrar no local do evento não for alfabetizado, ou fisicamente incapacitado, o servidor certificará essa condição, obtendo, quando possível, a assinatura de duas testemunhas.

CAPÍTULO XII

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 69 As infrações a esta Lei serão apuradas mediante processo administrativo próprio, iniciado com lavratura do auto de infração pelo servidor do Município, de que garantirá ao infrator o prazo de cinco (05) dias para regularizar a situação, adequando-se às normas legais.

§ 1º - Mediante requerimento do infrator e a critério do técnico qualificado, poderá ser prorrogado o prazo supra, de acordo com as reais necessidades e condicionado ao compromisso que o infrator assumir da solução do caso.

§ 2º - A concessão de prazo para o infrator regularizar a situação não impede a aplicação da penalidade cabível, pelo técnico qualificado, de acordo com a gravidade da infração.

Art. 70 O auto de infração será lavrado em três (03) vias, no mínimo, destinando-se a primeira ao atuado e conterá:

- I - Número de ordem;
- II - Nome da pessoa física ou razão social da pessoa jurídica atuada, especificado seu ramo de atividade e endereço, e no caso de pessoa jurídica, identificação de seu responsável legal ou preposto;
- III - Documento de identidade tipo RG e CPF/MF, se pessoa física e do CNPJ e Inscrição Municipal, se pessoa jurídica;
- IV - descrição do ato ou fato constitutivo da infração e o local, a hora e a data respectivos;
- V - a disposição legal ou regulamentar transgredida;
- VI - a indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina a penalidade a que fica sujeito o infrator;
- VII - o prazo de cinco (05) dias para o atuado fornecer ao Órgão Sanitário e Ambiental responsável os dados faltantes para complementar a lavratura do auto de infração;
- VIII - o nome e o cargo legais do servidor que lavrar o auto, e sua assinatura;
- IX - a assinatura do atuado, se pessoa física e do representante legal, se pessoa jurídica ou, na sua ausência, da pessoa que se encontrar, empregado ou preposto, e no caso de recusa, o servidor atuante lavrará certidão do fato;
- X - toda e qualquer outra observação ou ressalva digna de nota, relativa a situação fática encontrada e/ou à conduta do infrator ou seu representante.

§ 1º A ausência de dados do atuado para preenchimento do auto de infração não o invalidará, cabendo ao servidor do Município que lavrar, registrar, no ato, a impossibilidade de seu completo preenchimento, devendo o atuado comprometer-se dentro do prazo de cinco (05) dias contados da referida publicação.



PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP

GABINETE DO PREFEITO

FOLHA Nº	14
Proc. CM Nº	44/2012

§ 2º Não se encontrando no local dos fatos qualquer pessoa, a quem se possa entregar o auto de infração, será publicado na imprensa local edital de notificação da pessoa ou empresa atuadas considerando-se efetivamente e notificado o infrator no prazo de cinco (05) dias contados da referida publicação.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior e em qualquer outra circunstância em que se verificar a urgência na solução de situação que coloque em risco a saúde coletiva, o Órgão Sanitário Responsável poderá adotar todas as medidas administrativas, extrajudiciais ou judiciais necessárias, inclusive a realização de obras, aquisição e/ou substituição de equipamentos e aparelhos, cujo custo, acrescido da correção monetária, desde a realização da despesa até o efetivo ressarcimento, mais juros de mora em um por cento (1%) ao mês, será integralmente cobrado do infrator e/ou proprietário do local da ocorrência dos fatos constitutivos da infração.

Art. 71 Os servidores ficam responsáveis pelas declarações, que fizeram nos autos de infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, nos casos de falsidade ou omissão dolosas.

CAPÍTULO XIII

DO AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

Art. 72 O auto de imposição de penalidade deverá ser lavrado pelo técnico qualificado, dentro de até noventa (90) dias, contado da lavratura do auto de infração, e conterá as mesmas informações e os mesmos elementos do primeiro, bem como, fará referência à sua numeração.

Parágrafo Único – A prescrição do auto de infração será interrompida pela apresentação de defesa de mérito ou impugnação ao auto de infração, pelo infrator reincidindo sua contagem à data de intimação do infrator, da decisão que rejeitar a defesa ou a impugnação apresentada.

Art. 73 A aplicação de penalidades não dependerá da solução que for dada ao auto de infração lavrado.

Art. 74 Responde pela infração quem por ação ou omissão lhe deu causa, ou concorreu para sua prática ou dela se beneficiou, bem como, na impossibilidade de identificação do infrator material, o responsável legal, possuidor a qualquer título ou proprietário do local ou dos bens envolvidos no evento.

Parágrafo Único – Exclui da imputação de infração, a ocorrência de causa decorrente de força maior ou caso fortuito, de natureza imprevisível, cabendo ao infrator fazer a prova competente.

Art. 75 Na impossibilidade de notificação pessoal do infrator ou seu representante legal, da penalidade aplicada, far-se-á intimação mediante publicação em jornal local, com prazo de conhecimento de cinco (05) dias.

CAPÍTULO XIV

DOS RECURSOS

Art. 76 Da penalidade aplicada, no prazo de cinco (05) dias, caberá pedido de reconsideração dirigido ao Secretário Municipal de Saúde, que poderá valer-se de subsídios fornecidos pelas Secretarias da Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, para proferimento de sua decisão.





PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP
GABINETE DO PREFEITO

FOLHA Nº 15
Proc. CM Nº 4412012

Art. 77 Da decisão do pedido de reconsideração, caberá, recurso dirigido ao Prefeito Municipal em até 7 dias úteis.

Parágrafo Único – Será irrecorrível na esfera administrativa, a decisão prolatada pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 78 As receitas originadas com a aplicação desta Lei serão revertidas para a manutenção de todo o sistema de controle de Zoonoses, suplementando as dotações orçamentárias específicas através do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 79 Os casos omissos e as dúvidas oriundas da aplicação da presente Lei, serão resolvidos pelo Prefeito Municipal, após pareceres dos órgãos técnicos quando for o caso.

Art. 80 A presente Lei poderá ser regulamentada mediante Decreto do Prefeito Municipal, se necessário.

Art. 81 As despesas com a execução desta Lei correm por conta de dotações próprias, consignadas em orçamento vigente.

Art. 82 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, especialmente as Leis Municipais nºs 3468 de 28 de Julho de 1997 e 5086, de 17 de Outubro de 2017.

Mogi Guaçu,


ENGº WALTER CAVEANHA
PREFEITO



Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 30/2018.

Ao Projeto de Lei nº 30/2018, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre o controle de população animal, proteção animal, prevenção e controle de zoonoses no município de Mogi Guaçu e dá outras providências, proponho a seguinte

EMENDA:

Art. 1º O art. 60 do Projeto de Lei nº 30/2018, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º:

“Art. 60

.....
Parágrafo único. Filmagens em vídeo, foto ou quaisquer tipos de registro similar poderão servir como prova de infração.” (AC)

Art. 2º O artigo 82 do Projeto de Lei nº 30/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, especialmente as Leis Municipais nº 3.468, de 28 de Julho de 1997, 4.989, de 17 de Março de 2016 e 5.086, de 17 de Outubro de 2017.” (NR)

Sala “Ulysses Guimarães”, 19 de março de 2018.

Ver. JÉFERSON LUÍS DA SILVA
(Líder da Bancada do PROS)

Protocolo nº 720/2018



PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.989 , DE 17 DE MARÇO DE 2016.

(Projeto de Lei nº 01/2016, do Ver. Jeferson Luis da Silva).

Dispõe sobre acréscimo de artigo à Lei nº 3.468, de 28 de Julho de 1997.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica acrescido à Lei nº 3.468, de 28 de julho de 1997, o seguinte artigo 69, remunerando-se os subsequentes:

"Art. 69 Filmagens em vídeo, foto ou quaisquer tipos de registro similar poderão servir como prova de infração.

....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mogi Guaçu, 17 de Março de 2016. "Ano 138º da Fundação do Município, em 09 de Abril de 1877".


ENGº WALTER CAVEANHA
PREFEITO

Encaminhada à publicação na data supra.


BRUNO FRANCO DE ALMEIDA
CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO



Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

EMENDA Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 30/2018

Ao Projeto de Lei nº 30/2018, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre o controle de população animal, proteção animal, prevenção e controle de zoonoses no município de Mogi Guaçu e dá outras providências, proponho a seguinte

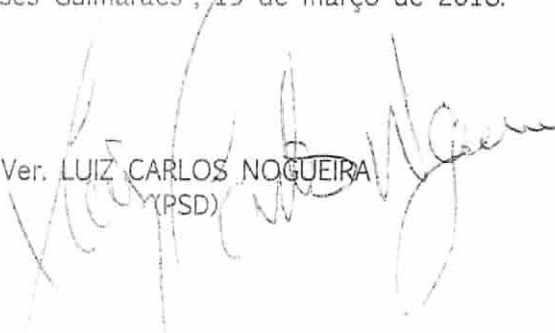
E M E N D A:

Art. 1º O art. 60 do Projeto de Lei nº 30/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60 Verificada a infração a qualquer dispositivo desta Lei, os técnicos qualificados, vinculados à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, à Secretaria de Serviços Municipais e ao Centro de Controle e Zoonoses da Secretaria Municipal da Saúde, independentemente de outras sanções cabíveis decorrentes da legislação federal e estadual, poderão aplicar as seguintes penalidades, cumulativas ou não: (NR)”

Sala “Ulysses Guimarães”, 19 de março de 2018.

Ver. LUIZ CARLOS NOGUEIRA
(PSD)



Protocolo nº 721/2018



Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

EMENDA Nº 03 AO PROJETO DE LEI Nº 30/2018

Ao Projeto de Lei nº 30/2018, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre o controle de população animal, proteção animal, prevenção e controle de zoonoses no município de Mogi Guaçu e dá outras providências, proponho a seguinte

E M E N D A:

Art. 1º O art. 67 do Projeto de Lei nº 30/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 67 O técnico qualificado, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, à Secretaria de Serviços Municipais e ao Centro de Controle e Zoonoses da Secretaria Municipal da Saúde, serão competentes na aplicação das sanções disposta nesta Lei.” (NR)

Sala “Ulysses Guimarães”, 19 de março de 2018.

Ver. LUIZ CARLOS NOGUEIRA
(PSD)

Protocolo nº 722/2018



Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

EMENDA Nº 04 AO PROJETO DE LEI Nº 30/2018

Ao Projeto de Lei nº 30/2018, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre o controle de população animal, proteção animal, prevenção e controle de zoonoses no município de Mogi Guaçu e dá outras providências, proponho a seguinte

EMENDA

Art. 1º O art. 39 do Projeto de Lei nº 30/2018, passa a vigorar acrescido do seguinte Parágrafo Único:

“Art. 39.....

Parágrafo Único – A venda de animais de estimação em áreas públicas do município só será permitida mediante licença prévia expedida pela autoridade pública competente.” (AC)

Sala “Ulysses Guimarães”, 19 de março de 2018.

Ver. LUIZ CARLOS NOGUEIRA
(PSD)

Protocolo nº 723/2018



Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

EMENDA Nº 05 AO PROJETO DE LEI Nº 30/2018

Ao Projeto de Lei nº 30/2018 de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre o controle de população animal, proteção animal, prevenção e controle de zoonoses no município de Mogi Guaçu e dá outras providências, proponho a seguinte

EMENDA:

Art. 1º O art. 72 do Projeto de Lei nº 30/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 72 O auto de imposição de penalidades deverão ser lavrados pelo técnico qualificado, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, à Secretaria de Serviços Municipais e ao Centro de Controle e Zoonoses da Secretaria Municipal da Saúde, dentro de até noventa (90) noventa dias contado da lavratura do auto de infração, e conterá as mesmas informações e os mesmos elementos do primeiro, bem como, fará referência à sua numeração. (NR)

Sala "Ulysses Guimarães", 19 de março de 2018.


Ver. LUIZ CARLOS NOGUEIRA
(PSD)

Protocolo nº 724/2018



Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

FOLHA N° 02
Proc. CM N° 530/2018

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 03 , DE 2018
Institui o Diploma "Empresário do Ano" e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU APROVA:

Art. 1º É instituído o Diploma "**Empresário do Ano**", destinado a agraciar personalidades de destaque na atividade comercial, prestação de serviços, do agronegócio e/ou industrial do município, que tenham oferecido contribuição relevante na geração de empregos, no fortalecimento da atividade econômica e progresso do município de Mogi Guaçu.

Art. 2º O diploma será conferido, anualmente, durante sessão da Câmara Municipal convocada para esse fim, a realizar-se no dia do empresário brasileiro, comemorado preferencialmente no dia 10 de outubro, e agraciará 8 (oito) empresários que mais se destacaram no setor, abrangendo dois empresários de cada ramo de atividade.

Art. 3º A indicação dos candidatos ao Diploma deverá ser feita pela Associação Comercial e Industrial de Mogi Guaçu e deverá ser encaminhada à Secretaria Administrativa da Casa de Leis Guaçuana, acompanhada da justificativa dos méritos do indicado, até o dia 10 de setembro do ano que se der a premiação.

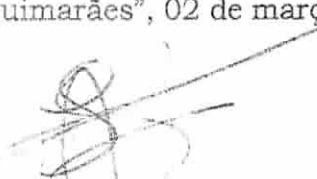
Parágrafo Único. Não poderá fazer jus a homenagem de que trata o artigo 1º deste Decreto, os membros, em exercício, da Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Mogi Guaçu.

Art. 4 A realização da solenidade e divulgação ficam a cargo da Câmara Municipal de Mogi Guaçu.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo onerarão dotações próprias da Câmara Municipal, consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala "Ulysses Guimarães", 02 de março de 2018.


Vereador FÁBIO APARECIDO LUDUVIRGE FILETI
Líder da Bancada do PSDB

Protocolo nº 530/2018